



UMA RESPOSTA ÀS NECESSIDADES DO NOSSO SISTEMA ECONÓMICO

— afirmam os dirigentes da Associação Académica

Ouvir a opinião dos estudantes sobre a reforma da Universidade era um passo indispensável, quando se auscultam também os pareceres de mestres e do próprio reitor. Que estudantes ouvir? A resposta não encontra dificuldades. Certamente os únicos representativos. Assim se explica o aparecimento desta entrevista colectiva com Carlos Fraião, aluno do 3.º ano de Direito e presidente da direcção geral da Associação Académica de Coimbra, Raul Junqueira, do 6.º ano do mesmo curso e vogal de cultura por aquela direcção, além do Pena dos Reis, estudante do 3.º ano de Direito, e 1.º secretário da mesma estrutura associativa.

FINALIDADES DA REFORMA

«Diário de Lisboa» — Presente a apresentação pública das linhas gerais da reforma do ensino superior, e após rápida leitura, põem duas questões: que finalidades ou fins vos parece que a reforma visará, e até que ponto, no contexto económico e político actual, vos parece aplicáveis tal reforma?

Carlos Fraião — Quanto à primeira questão posso responder que das linhas gerais propostas para a reforma resulta claro que elas serão (ou ela será) uma resposta às necessidades do sistema económico português, apesar de o sr. ministro ter afirmado no seu discurso de 6-1-71 que o sistema educativo não deve subordinar-se directamente às exigências do desenvolvimento económico. Daqui preconizarem-se linhas de ensino que venham

satisfazer esta necessidade. O facto todavia é que as necessidades económicas que levam o Governo a querer alterar de algum modo o sistema do ensino português não esgotam a compreensão do projecto de «Reforma». Mais, tais medidas, no espírito sentido em que podem responder a tais necessidades, têm sido tomadas para

atender a opinião pública e os jovens muito concretamente. Isto é, o projecto de reforma responde, nos limites estreitos da campanha que o envolve ao nível dos órgãos de informação, a opinião largamente sentida e persistentemente expressa desde há muito. Será isto tanto mais comprovado se se analisar a relação que existe entre este

Quantos ao segundo ponto, importa dizer para já que uma reforma com pretensões a modificar o sistema de ensino tradicional exige elevadas verbas orçamentais. Se é certo que o sr. ministro tenha apontado que o seu Ministério dispunha de um maior orçamento, apesar disso ele é insuficiente se recordarmos até que o prof. Veiga Simão se tem referido

para o qual nos convidou o sr. ministro tiver lugar nos jornais? Está garantida a liberdade de reunião para a discussão desses problemas? E a participação do povo português como será feita? Através de formulários distribuídos casa por casa? Pedir-se-á o envio pelo correio das opiniões das pessoas?

Parece-me que sem instituições livres e eficientes será utópico pensar-se numa discussão da reforma pelo Povo Português!

Pena dos Reis — Eu pergunto até, com quem conta o Governo para participar neste debate? É não andarei afectado da verdade se disser que conta com os órgãos de gestão das empresas e com uns tantos professores tradicionalmente opostos a qualquer tipo de reforma.

«D. L.» — Que pensa do modo como está formulada a participação dos estudantes na gestão da Universidade? É do conteúdo do reitor?

Carlos Fraião — O modo como o sr. ministro concretizou no projecto a participação dos estudantes no governo da Universidade é insignificante. Desde há muitos anos que os estudantes vêm reivindicando o seu direito a intervir em todos os momentos e instâncias em que se decide da vida da Universidade. Diz-se, por exemplo, no actual projecto que os estudantes só serão chamados aos conselhos universitários quando estejam em discussão problemas de seu

directo interesse. Que critérios (e quem os define) serão utilizados para determinar ou não a chamada dos estudantes? Não compreendo até quais sejam os assuntos da Universidade que não digam respeito aos estudantes. Quanto à eleição do reitor as linhas propostas não vêm satisfazer os interesses estudantis. Os professores é que dirão os nomes propostos para o reitor. Alguns professores, e nenhum estudante. E que dizer da escolha dos directores de Faculdade? Quantos serão os estudantes activamente ouvidos neste aspecto?

Pena dos Reis — Apesar de os estudantes há anos serem os grandes catalizadores das poucas modificações observadas na Universidade, são agora, na prática, pelas linhas da reforma, afastados da participação na sua gestão. Pretende-se fazer do estudante um elemento passivo.

«D. L.» — Várias vezes nos documentos publicados se remetem aspectos (de concretização) da reforma para os Estatutos. Se é esta Universidade que vai elaborar esses Estatutos parece-vos que eles introduzirão modificações essenciais?

Carlos Fraião — A pretensão de se defender a autonomia da Universidade a todo o momento se diz que deverão ser as próprias escolas a elaborarem os seus estatutos. Pois bem, as Universidades do momento não nos merecem confiança para procederem à futura dos



Três dirigentes estudantis entrevistados colectivamente

gressivamente sem que a volta delas se gere tal ambiente de expectativa e congratulação política. A razão porque este projecto de reforma é um acto político é outra fundamentalmente e diz respeito à necessidade de conquista

projecto de reforma e o ritmo do desenvolvimento que o condiciona (ou não). É aqui que surge outro problema que os economistas formulam com uma interrogativa. Estamos em desenvolvimento económico ou estagnação?

algumas vezes é útil colaboração que as entidades (empresas) privadas podem desempenhar para a manutenção ou abertura de estabelecimentos de ensino. Cite-se o caso de Guimarães onde vários industriais procederam à angariação de fundos para a criação de um Instituto Politécnico.

«D. L.» — Poder-se-ia precisar melhor a segunda questão, que é a de saber se é possível falar-se em reformar ou renovar a Universidade, fazendo-o em termos de pretender isolá-la da restante realidade nacional?

Carlos Fraião — É evidente que não pode. A Universidade está intimamente ligada à vida da Nação. O que se observa é um serto movimento na economia. É esse movimento que a Universidade reformada vai acompanhar.

Raul Junqueira — Um dos fins programados pela reforma é a «democratização do ensino». Esta finalidade surge-me, na reforma, um tanto ambígua. Irão chegar à Universidade os filhos da classe trabalhadora? Em países mais desenvolvidos, como no caso da França, os filhos dessa classe na Universidade não atingem mais que os 4% da totalidade dos seus estudantes.



RAUL JUNQUEIRA
«Irão chegar à Universidade os filhos da classe trabalhadora?»



CARLOS FRAIAO
«As Universidades do momento não nos merecem confiança»

DEBATE PÚBLICO

«D. L.» — O segundo ponto que propomos à discussão é o que se refere à participação do povo português na discussão da reforma. Parece-vos praticável este debate? Que condições consideram indispensáveis para que possa efectivar-se?

Raul Junqueira — Para não me alongar diria: está assegurada uma condição mínima que é a da liberdade de expressão? A censura prévia será eliminada quando o debate público

CADES MICO adêmica



PENA DOS REIS

«Há anos que os estudantes são os grandes catalisadores das poucas modificações observadas na Universidade»

ees Estatutos. Os estudantes vão ser mobilizados para a sua elaboração? E os professores? Quais professores? Veja-se que a cátedra vitalícia ainda não foi eliminada pela liberal reforma.